

ATA Nº 242/2020

1 Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e vinte, às oito horas e trinta minutos,
2 através de vídeoconferência, no município de Capivari de Baixo-SC, reuniu-se
3 ordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
4 (CMDCA), sob a condução do presidente, o conselheiro: André Pinto Dalcarobo (APP).
5 Estando presentes: o vice-presidente Vitor Cesar Paris (Secretaria de Obras), a
6 secretária: Luciane Ferreira Medeiros (Secretaria de Assistência Social), os conselheiros
7 de direito, representantes da sociedade civil e governamentais: Hamilton Gomes de
8 Sousa (APAE), Dafna Correa Rodrigues (AJL), Eliezer Marques Costa (Grupo
9 Escoteiro Carjós), Rosa Maria Machado Silveira e José Eduardo Bittencourt (CEACA),
10 Patrícia de Oliveira Benhardt da Silva (Secretaria de Administração e finanças), Mário
11 José da Silva e Fernando de Araújo Brasil (Secretaria de Indústria e Comércio), Renata
12 Oliveira de Souza Roque (Secretaria de Educação), Fabrício Corrêa Rosa (Polícia
13 Militar). Esteve ainda presente: Guilherme Cechelero (assessor de rede). André inicia a
14 reunião às 8h34min, e pontua que já existe o quórum para deliberação das atividades
15 relacionadas ao FIA. André informa que o primeiro item em pauta são as justificativas
16 de faltas e questiona se teriam recebido alguma. Sabrina nega. André passa ao item dois:
17 Informe sobre o recebimento de respostas por via e-mail/ofícios dos órgãos
18 encaminhados pelo CMDCA e abertura de questionamento aos representantes de cada
19 entidade que foi encaminhado ofício. André explica que cabe ao conselho exercer o
20 controle sobre as atividades voltadas para as crianças e adolescentes no município, e
21 informa que muitos ainda não encaminharam a resposta. André diz que lerá o ofício
22 encaminhado pelo CMDCA, e Sabrina disponibilizará a resposta na tela. André lê o
23 ofício de n.º 32/CMDCA/2020, direcionado à SAS, que solicita que a secretaria aponte
24 quais medidas estão sendo tomadas para atender famílias com crianças e adolescentes
25 cadastradas no CREAS em período de isolamento social, devendo ser demonstrado
26 através de relatórios, os números de atendimentos e ações, com observação especial ao
27 Controle sobre as situações de violência domésticas, principalmente em famílias com o
28 histórico, sugerindo a cooperação com a Secretaria de Saúde para utilização dos agentes
29 (ESF) para averiguar situações in loco. André diz que em resposta receberam o ofício de
30 n.º 03/2020/SAS, onde comunicam que a coordenadora do CREAS está de férias e que
31 responderia assim que retornasse. André abre a palavra aos conselheiros. Eliezer relata
32 que com relação ao CRAS a Daiani colocou no grupo que ia ser respondido. André
33 explica que é a coordenadora do CREAS quem está de férias: a Saray. André abre a
34 palavra. Guilherme diz que a função do CMDCA, conforme o art. 88 do ECA, é dar a
35 diretriz, e diz que podem comparar com a direção de um carro: quem está na direção é
36 quem sabe a hora de acelerar, de freiar, de virar a esquerda ou a direita. E explica que
37 esse grupo é quem dá a diretriz, o conselho sendo metade dos membros da sociedade
38 civil e metade governamental dá a direção. Guilherme reforça que a função não é ser
39 fiscalizador, não irá representar, mas explica que o conselho precisa de dados.
40 Guilherme diz que quando o CMDCA encaminha algo para os diretores das
41 organizações tanto civis, quanto do governo: não pode vir uma resposta como essa e
42 explica que as coisas ficam atrasadas porque a coordenadora está de férias, diz ainda
43 que isso atrapalha a política, pois na hora que precisam discutir não possuem dados.
44 Guilherme diz que devem olhar para a violência, e diz que o ofício foi encaminhado no
45 dia 19 de maio, e pede aos representantes das entidades governamentais e não
46 governamentais se atentem, pois seria importante não vir uma resposta como essa, pois
47 se fosse a um juiz, promotor dariam uma resposta. Hamilton diz que faz a analogia a um
48 funcionário do PROCON que estava de férias, e que por isso não seria atendido, tem
49 outras pessoas. André lê o ofício de n.º 37/2020 do CMDCA, o qual esse conselho
50 solicita que a entidade aponte quais medidas estão sendo tomadas para atender as

51 crianças e adolescentes em período de isolamento social, devendo ser demonstrado
52 através de relatórios, os números de atendimentos e ações; Sabrina disponibiliza o ofício
53 s/n do CEACA, datado de 21 de maio, em resposta, onde a entidade pontua as ações que
54 estão sendo realizadas, objetivando assegurar principalmente a segurança alimentar. No
55 ofício a entidade demonstra as arrecadações e ações do fundo emergencial, pontua
56 realizaram ações de entrega de cestas básicas, campanha páscoa solidária, realização de
57 atividades lúdicas com as crianças e criaram o projeto campanha máscara solidária,
58 confecção de máscaras, anexando fotos. André abre a palavra aos conselheiros, e
59 solicita que sinalizem pelo chat caso queiram ter a fala. Não havendo, André parabeniza
60 a entidade por ter ilustrado com fotos, e que é um exemplo para outras entidades.
61 Hamilton questiona de onde surgiu essa solicitação. André diz que foi deliberado na
62 última reunião. Hamilton questiona se recebeu o ofício. Sabrina confirma. Hamilton
63 explica que a APAE está com expediente reduzido, talvez a secretária tenha deixado
64 passar, porém pontua que a APAE continua fazendo as suas atividades, continua ativa e
65 atendendo, e diz que providenciará a resposta ao CMDCA. André pede que Guilherme
66 fique à vontade para interromper quando achar necessário. André diz que os ofícios
67 foram encaminhados para os serviços questionando as medidas tomadas em período de
68 isolamento. André passa ao ofício seguinte, sobre o comitê gestor. Guilherme questiona
69 se não tem outras respostas dos serviços quanto a essa questão, e diz que devem seguir
70 com as resposta para não misturar os assuntos e depois apenas relacionar as pessoas que
71 foram indicadas ao Comitê Gestor de cada serviço. José Eduardo relata que terá uma
72 reunião com o bispo, porém avisa que a Rosa está entrando. Mário se ausenta da reunião
73 e entra Fernando. Antes de sair José Eduardo observa que a questão do veto ao repasse
74 para o projeto do CEACA não entrou em pauta. André explica que será pauta a não
75 resposta ao ofício de n.º19/CMDCA/2020, encaminhado à administração, questionando
76 sobre o referido repasse, mas que conversarão posteriormente. André relata que para as
77 polícias: militar e civil foram encaminhados os ofícios de n.º 35 e 36/CMDCA/2020,
78 contendo o mesmo teor: solicitando relatório contendo os números de atendimentos de
79 situações de violência doméstica envolvendo família com crianças e adolescentes, se
80 possível especificando as violações cometidas contra crianças e adolescentes,
81 observando se há campanhas locais para a prevenção em período de isolamento social;
82 André relata que a polícia civil prontamente atendeu encaminhando o of. de n.º
83 424/2020, datado de 25 de maio de 2020, que diz que não houve aumento significativo
84 das ocorrências, informam que as campanhas de prevenção associadas ao assunto são
85 desenvolvidas pela coordenadoria das delegacias de Proteção à Criança, adolescente,
86 mulher e idoso, cuja divulgação é realizada em âmbito estadual nas redes sociais da
87 polícia civil, disponibilizando o link para acesso. André diz que é possível verificar as
88 violências presentes no município, contendo no relatório: I.Ps: Estupro de vulnerável,
89 lesão corporal dolosa adolescente, vender fornecer ou entregar a menor bebida
90 alcoólica, denúncia de crime ou contravenção, ECA-Crimes em espécie art.288, 258 e
91 estupro de vulnerável tentado. De T.Cs: Vias de fato, ameaça contra adolescente, lesão
92 corporal dolosa menor. De Apuração de Ato Infracional: Dois estupros de vulnerável e
93 estupro de adolescente. André abre a palavra aos conselheiros. Dafna explica que está
94 anotando as demandas. André lê o of. n.º 31/CMDCA/2020 ao CRAS, e explica que
95 solicitam as mesmas informações, porém com a observação de em especial pontuar a
96 questão da distribuição de alimentos. André lê o of. de n.º 15/2020, de 27 de maio de
97 2020, disponibilizado em tela por Sabrina, onde relatam os atendimentos efetuados,
98 pontuando que o serviço de maior procura foi a cesta básica, que ficaram centralizadas
99 na gestão nos meses de março e abril, e entregues diretamente nas casas, e informam
100 que foram entregues 577 cestas básicas, 400 kg de frango, e aproximadamente 47 kg de
101 bolachas. Ponam que 108 famílias atendidas pelo CEACA também receberam
102 doações, e informam que são 30 crianças e adolescentes no Serviço de Convivência e

103 Fortalecimento de Vínculos. E explicam que as ofertas de oficinas e atividades em
104 grupos foram suspensas, porém levaram atividades lúdicas para cada criança e
105 adolescente. Informam ainda que máscaras foram entregues, com o intuito de incentivo
106 a prevenção e proteção. André questiona a Rosa sobre o número de atendidos do
107 CEACA. Rosa confirma que são 108 famílias atendidas do CEACA e explica que em
108 primeiro momento foram atendidas pelo CRAS, mas receberam doações de Cestas-
109 básicas do CEACA e informa que já entregaram algumas e tem garantidas para maio e
110 junho. André questiona se das 577 mencionadas, 108 foram do CEACA. Rosa confirma,
111 e diz que muitas mães pediram auxílio e o CRAS auxiliou. Luciane diz que, para
112 complementar o ofício encaminhado: em primeiro momento a entrega das cestas foi
113 realizada nas casas e depois o CEACA começou. Luciane diz que vale ressaltar que
114 atenderam famílias com crianças, mas também atenderam idosos, e diz que o Serviço de
115 convivência está suspenso, porém estão entregando material para realização das
116 atividades em casa, sendo disponibilizada máscara e bolachas. André abre a palavra.
117 Hamilton questiona à Luciane se tem um cadastro dos idosos em carência e se o
118 conselho do idoso pode ter acesso. Luciane diz que atendem por demanda espontânea,
119 benefício de prestação continuada, porém explica que com relação à disponibilização de
120 cadastro não sabe dizer e sugere falar com a gestão, devido orientações de ser ano de
121 eleição, e por isso nada deve ser disponibilizado de cadastro. André lê o ofício de n.º
122 20/2020 da secretaria de saúde, em resposta ao of. n.º 34/CMDCA/2020, que pontua as
123 ações realizadas pela saúde: Atendimento diferenciado para os sintomáticos
124 respiratórios – unidade sentinela; canal virtual para atendimento médico pelo whatsapp,
125 garantia da continuidade do cuidado para pacientes com comorbidades, pré-natal,
126 puericultura, teste do pezinho, urgências e emergências; acolhimento com psicólogo e
127 psiquiatra no CAPS das urgências psiquiátricas, retorno gradativo das consultas
128 encaminhadas para os especialistas, busca ativa dos grupos de risco para vacinação,
129 ampliação e realização das vacinas em locais diferenciados do atendimento dos
130 sintomáticos respiratórios, como Associação de moradores, ginásio de esportes e
131 unidades de saúde em atendimento do grupo de risco do COVID-19. André faz a
132 observação que no ofício encaminhado solicitaram números e explica que a ideia era
133 quantificar, e pontua também que não informaram sobre os medicamentos disponíveis.
134 Sabrina explica que a Secretária Adriana veio pessoalmente entregar os ofícios,
135 trazendo uma lista geral dos medicamentos e informando que ia solicitar para que a
136 farmácia básica responda quais os medicamentos específicos. André questiona se tem
137 mais alguma resposta. Sabrina diz que sobre essa questão finalizou. André questiona
138 quais entidades não responderam. Sabrina informa que por enquanto a Secretaria de
139 educação, a Polícia Militar e as entidades: Grupo Escoteiro, AJL e APAE. André
140 questiona sobre o serviço de acolhimento institucional. Sabrina diz que ao serviço o
141 ofício foi entregue somente na segunda. André conclui que este ainda está no prazo para
142 a resposta. André diz que com relação ao veto do repasse do FIA para o projeto do
143 CEACA, foi emitido em 11 de maio de 2020 o ofício de n.º 19/CMDCA/2020, e diz que
144 a administração vetou o repasse com base na lei eleitoral, André diz que realizou
145 consulta junto ao TCE, em 07 de maio de 2020, o qual foi anexado no ofício, mas que
146 deixará essa discussão ao final. Guilherme questiona, por uma questão de ordem, se foi
147 encerrada essa pauta e se já estão entrando em outra, pois não ficou claro. Dafna sugere
148 finalizar a questão. Rosa concorda. André diz que foi apresentado ofício o qual não
149 houve resposta. Luciane questiona se irão deliberar sobre as não respostas. André diz
150 que as respostas inadequadas também devem ser reforçadas e pede sugestão do que
151 devem fazer com relação à resposta da SAS sobre a coordenadora do CREAS e
152 daqueles que nem responderam. Guilherme relembra que esses questionamentos
153 surgiram na reunião do mês passado, onde foram mandadas as recomendações do
154 CONANDA para a proteção integral a crianças e adolescentes durante a pandemia do

155 COVID-19. Guilherme diz que cada conselheiro deve refletir para tentar deliberar sobre
156 essa questão. Sabrina informa que recebeu no momento o ofício de resposta da
157 Secretaria de Educação de n.º 03/2020, que indica a integrante do comitê gestor e
158 pontua as ações realizadas, informando que de imediato irá disponibilizar no grupo de
159 whatsapp, por não haver tempo hábil para digitalização. André diz que com relação aos
160 ofícios não respondidos sugere solicitar novamente, deixando claro que será um novo
161 pedido e que o anterior não foi respondido. André diz que quanto à questão ao CREAS,
162 a secretaria também não respondeu, e diz que expôs a sua opinião no grupo: que entende
163 que o serviço não está sendo realizado, que está suspenso. Guilherme diz que a Luciane
164 é a representante da SAS no CMDCA, e como tal sugere que ela dialogue com a gestão,
165 pois como conselheira ela possui essa autoridade para cobrar e conversar com a
166 Secretária, dialogar para buscar esses dados. Vitor diz que a coordenadora retornou
167 ontem de férias. Luciane nega, pois esteve lá no dia de ontem e a coordenadora ainda
168 não estava. Luciane diz que hoje mesmo irá conversar. André reforça que as solicitações
169 de fala sejam encaminhadas pelo chat. André sugere reencaminhar ofício ao CREAS,
170 informando que não podem aguardar o retorno da coordenadora e sugere verificar quem
171 fica responsável, se tem coordenadora substituta. André sugere que, da mesma forma,
172 devem reencaminhar os ofícios aos que não responderam, e pede que conste em ata que
173 será em reforço. Conselheiros concordam. André passa a palavra a Guilherme para
174 pontuar sobre o prazo de 48h que não foi respeitado, sendo que foi solicitado em 11 de
175 maio de 2020. Guilherme diz que o CEACA deve cobrar, pois o CMDCA não está
176 sendo omissivo. Rosa diz que não concorda. Guilherme explica que a Rosa, estando no
177 conselho e tendo a história de militância, deve buscar diretamente o poder público, e diz
178 que devem registrar a opinião do CEACA na ata para ficar documentado. Rosa explica
179 que a sua preocupação e opinião, enquanto entidade, é que o CMDCA não esgotou as
180 possibilidades com relação a isso, e diz que recorda que o conselheiro Eliezer teve uma
181 fala na reunião anterior, onde pontuou: se o conselho deliberou então cumpra-se. Rosa
182 afirma que não se cumpriu e questiona qual será o segundo passo do CMDCA frente ao
183 veto encaminhado aos vereadores. Rosa diz que é de conhecimento da entidade que o
184 prefeito não quer ir contra o CEACA, e explica que sempre receberam recurso,
185 independente de ser ano eleitoral. Rosa diz que o CMDCA, que é o gestor do FIA, deve
186 tomar uma posição, pois foi feita a consulta ao TCE, ou vão deixar vetar e retroceder
187 novamente. Rosa diz que o Guilherme como assessor deve também assessorar nas
188 questões do FIA nesse momento. Hamilton questiona se é com relação à emenda
189 parlamentar. Rosa nega e diz que não é recurso que vem direto do governo e reforça que
190 projetos do FIA não devem passar pela câmara, a exemplo de Criciúma e outros
191 municípios. Rosa diz que o prefeito, tendo acesso a alguma fundamentação, alguma
192 coisa escrita dizendo que pode ocorrer esse repasse, ele quer que o recurso chegue até o
193 CEACA. André passa a palavra a Vitor. Vitor diz que o projeto está aprovado, e a obra
194 já está sendo executada, e entende que é um aditivo de convênio, pois entende que se
195 fosse dessa forma o município também não poderia repassar recurso para os
196 terceirizados que contrataram e explica que passa na câmara quando há o superávit, para
197 aumentar a dotação orçamentária prevista pra poder pagar. Vitor diz que esse veto não
198 procede, pois é um projeto que já está em andamento e devem pensar nas dívidas que a
199 entidade terá. Hamilton diz que tem uma verba que foi repassada por uma parlamentar,
200 que demorou para efetuar esse repasse, e devido a vigência da lei, passou o prazo da lei
201 eleitoral. Dafna diz que o assessor deve sugerir qual o próximo passo, se seria buscar o
202 MP, e diz que o que preocupou ainda mais foi que as entidades não poderão propor mais
203 projetos esse ano, e em situação de pandemia, principalmente, tem que ter. Dafna
204 explica que não é a maior conhecedora das leis, porém diz que nunca viu um fundo
205 parar em ano eleitoral. André passa a palavra a Guilherme e explica que foi
206 encaminhado o of. n.º 19/2020 do CMDCA, e que inicialmente a Sabrina havia feito o

207 ofício questionando também sobre as vedações em ano eleitoral, porém explica que ao
208 ele readequar acabou passando essa parte, e ao assinar também não observou.
209 Guilherme diz que cabe ao conselho com relação ao FIA, fiscalizar a entidade que tem
210 projetos financiados pelo fundo, e diz que a questão que está sendo debatida é que o
211 repasse é maior do que o previsto e por isso passa pela câmara. Guilherme diz que
212 devem ter o maior fortalecimento das entidades não governamentais e governamentais,
213 e explica que quando mencionou a parte relacionada ao CEACA foi nesse sentido e
214 explica que o CMDCA oficializou com as recomendações do TCE, e reforçou para que
215 ocorresse o repasse, porém até então a prefeitura não disse que sim nem que não para o
216 conselho. Guilherme sugere marcar uma reunião com o prefeito, a procuradoria, que o
217 CMDCA se organize para, presencialmente, fazer. Rosa diz que é de conhecimento que
218 já está na câmara para vetar a lei e sugere oficializar a câmara para que não seja vetado,
219 pois o prefeito já encaminhou o veto para a câmara. Guilherme diz que é o momento de
220 fazer pressão e pedir reunião com eles. André diz que questiona sempre a Sabrina pela
221 resposta e já informou que não tiveram resposta, e diz que acredita que sobre a consulta
222 ainda nem discutiram. André diz que já foi feita essa fala com a procuradoria, com a
223 Marta, no dia 11 de maio, onde diz que basearam sua decisão em recomendação da
224 FECAM, e lembra que quem assessora o conselho é o jurídico da prefeitura, e sugere
225 que a entidade venha munida de algo a mais para que possam discutir. Rosa diz que
226 jogam novamente para a entidade ter argumento. André diz que o único meio de
227 resposta é informar o MP. Rosa sugere solicitar uma consulta ao MP, pois o que
228 colocaram de anexo no documento do Tribunal não está muito claro, e diz que é uma
229 coisa que deve estar clara. Eliezer diz que em alguns pontos o Grupo Escoteiro também
230 foi prejudicado, pois a prefeitura não repassou a subvenção com a justificativa de ser
231 ano eleitoral, e com relação ao MP, informa que em anos anteriores já tentaram
232 consultar e tiveram respostas, do então promotor Ernest, que o MP não é órgão
233 consultivo, não presta consultoria, e afirma que deve ter arquivado no conselho, porém
234 sugere que: se informalmente alguém tiver uma boa relação com o promotor podem
235 estar questionando. Eliezer pontua ainda que estão prejudicando as entidades, pois é
236 uma questão de entendimento, a lei é clara que o CMDCA é autônomo para gerir as
237 verbas do FIA, e diz que se algum dia tiver algo à responder será o CMDCA, e relata
238 que a única saída seria uma ação judicial, só que por uma questão de advocacia, os
239 advogados não podem defender os dois lados, e já sabemos que o entendimento da
240 gestão é que não pode repassar o recurso. Eliezer sugere solicitar um mandado de
241 segurança ou tentar reverter o veto na câmara de vereadores. Vitor diz que, levando em
242 consideração a fala do Guilherme, os projetos do FIA não tem que ser aprovados na
243 câmara e explica que o que acontece é que colocam um orçamento para o FIA e quando
244 o projeto passa desse valor previsto, a câmara tem que aprovar a suplementação. Vitor
245 sugere que verifiquem o que foi encaminhado à Câmara de Vereadores e diz que se
246 colocar para o MP será considerado denúncia e sugere verificar se podem resolver com
247 uma conversa. Guilherme diz que ficou clara a questão da suplementação. Guilherme
248 diz que os conselheiros devem aumentar a atividade da Comissão do FIA, prá não
249 depender somente da verba da prefeitura. Guilherme diz que com relação à consulta ao
250 MP: há promotores e promotores, e informa que há quem dê consultoria e quem não.
251 Guilherme reforça que o CMDCA encaminhou o ofício questionando sobre o repasse do
252 CEACA, anexando à consulta realizada pelo presidente ao TCE, e sugere estudarem
253 bem, se basear no curso que alguns conselheiros estiveram em Florianópolis sobre o
254 FIA, e diz que pegando a informação de que o prefeito tem conhecimento é importante
255 o CEACA se fazer presente porque é a parte interessada, e explica que na reunião a
256 entidade deve estar presente e se o CEACA conseguir, também terão argumento nesse
257 sentido para as demais. Guilherme diz que o TCE é maior que a FECAM e esse é o tipo
258 de diálogo que devem ter. Eliezer questiona se o andamento é que o prefeito já vedou e

259 está na câmara, pois se confirmar os esforços devem ser voltados para a câmara, e diz
260 que o entendimento não é que é interesse do CEACA, mas sim tomar como base a
261 prioridade absoluta da criança e do adolescente, pois futuramente pode ser outra
262 organização, e reforça que é uma luta pelas crianças e adolescentes de Capivari. Rosa
263 diz que essa reunião já deveria ter sido feita, e concorda que a luta agora deve ser na
264 câmara, se não terão que fazer tudo de novo. Luciane diz que para contribuição é um
265 fato que está se repetindo e sugere que formalizem um documento para garantir que não
266 deixem de viabilizar esse recurso em ano eleitoral. Rosa afirma que todos os anos
267 anteriores foram repassados. Eliezer diz que a questão que pontuou do Grupo Escoteiro
268 foi agora. André diz que entrando em consenso das falas devem construir um
269 fundamento para debater. Guilherme diz que a sugestão para o grupo é fazer essa
270 reunião, e diz que as entidades não governamentais estão em peso na reunião e observa
271 que a assessoria é conjunta a prefeitura. André se coloca à disposição de trazer um
272 advogado para assinar um parecer se for o caso e diz que quanto às ações do CMDCA já
273 encaminharam o ofício e ressalta que oficialmente o CMDCA não sabe que está sendo
274 vetado o repasse. André diz que solicitou o veto, mas não teve acesso. Sabrina explica
275 que a Patrícia da assessoria especial solicitou que encaminhássemos a solicitação por
276 escrito. Rosa questiona se não seria interessante encaminhar ofício para a câmara,
277 mandando cópia do ofício do TCE para que tenham conhecimento. Guilherme diz que,
278 pegando a fala do Eliezer e Rosa, a sugestão é fazer duas reuniões: na câmara e poder
279 público, pois se acontecer de a câmara também não responder será mais tempo para ter
280 resposta e mais debates no conselho sobre não ter respostas. Guilherme sugere levantar
281 os fundamentos: se a entidade tiver assessoria jurídica consultar, e diz que o medo é
282 encaminhar e ainda não ter resposta, pois será mais um mês que não irá andar. Eliezer
283 sugere serem bem práticos e sugere que o André, a Sabrina ou a entidade entre em
284 contato com a Câmara de vereadores para verificar qual o pé do veto: se já foi votado,
285 se ainda será, para saber como está na programação da câmara e pedir a fala na reunião,
286 pois tem esse direito, e sugere definir quem serão os responsáveis por esses passos, ver
287 se os vereadores têm ideia de votação imediata, ou irão baixar para análise das
288 comissões e diz que alguém tem que tomar essa iniciativa, e que o ideal seria uma
289 comissão incluindo as entidades, que juntarão o que for possível para falar no dia.
290 Hamilton questiona se sobre essa questão não poderiam questionar o CONANDA.
291 André diz que não teria eficácia, até pelo momento e curto tempo. André diz que devem
292 definir qual o caminho e sugere fazer uma representação ao MP, uma representação
293 administrativa ao MP e diz que a entidade também pode fazer e é decidido se abrem
294 inquérito civil ou se fazem uma reunião do corpo diretivo com os vereadores, ou com o
295 prefeito, com representante da entidade. Eliezer diz que a administração é contrária,
296 pois já se posicionaram pelo veto. André coloca em votação realizar reunião com o
297 prefeito. Por maioria de votos os conselheiros são contrários, sendo Vitor e Fabrício a
298 favor da reunião com o prefeito. Rosa acrescenta que é perda de tempo, devido o veto já
299 estar na câmara. Dafna diz que a reunião deve ser com a câmara, pois nem responderam
300 no prazo a solicitação. André questiona se então fazem uma reunião com a câmara de
301 vereadores. Conselheiros concordam por unanimidade. André sugere confeccionar
302 ofício para marcação de reunião com a Câmara para falar sobre o veto ao repasse, com o
303 prazo de 24h para resposta. André diz que, além disso, poderá entrar em contato
304 telefônico pessoal e diz para a entidade e os conselheiros também buscar fazer esse
305 contato. Conselheiros concordam por unanimidade. Eliezer questiona se esse contato
306 prévio é para verificar se será reunião só com o presidente ou será uma fala na câmara.
307 André diz que seria só com o presidente, e diz que o ofício será direcionado ao
308 presidente da câmara. Rosa diz que pode pedir para o José Eduardo também solicitar.
309 André diz que o ofício será assinado digitalmente e encaminhado por e-mail. Guilherme
310 diz que de qualquer forma os conselheiros podem se preparar, pois: porta A: a câmara

311 de vereadores vetou, ou farão diálogo com o poder público. Porta B: a câmara de
312 vereadores ouviu, mas foi favorável à prefeitura, fica para o CMDCA pensar essas
313 possibilidades. André passa ao item três: Indicar representante do CMDCA para compôr
314 o Comitê Gestor; André explica que na última reunião foi deliberado o encaminhamento
315 de ofícios solicitando integrantes para compôr o Comitê Gestor e relata que foi
316 indicado: 01 técnico da Secretária de Assistência Social: Saray Battistela; 01 técnico da
317 Secretaria de Educação: Tays Sousa Goulart, 01 técnico da Secretaria de Saúde:
318 Fernanda Firmino da Silva; 01 conselheiro tutelar: Louizi Cristina Eich. E relata que
319 deve ser definido 01 conselheiro municipal dos direitos da criança e do adolescente;
320 André diz que se coloca à disposição e questiona se mais alguém teria interesse. Não
321 havendo, é aprovada por unanimidade a indicação do presidente: André Pinto Dalcarobo
322 para compôr o Comitê Gestor. André passa ao item quatro: Informe atualizada a lei n.º
323 1.409/2011, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do
324 adolescente, através da lei n.º 2.035/2020, de 26 de maio de 2020; André lê o disposto
325 na alínea “a” do art. 6 da lei: a) o CMDCA encaminhará ao prefeito municipal, o pedido
326 de indicação de representantes acompanhado da relação das entidades cadastradas, que
327 consequentemente indicará seus representantes governamentais, respeitando o número
328 mínimo de quatro da sociedade civil e quatro dos órgãos do Poder Público. André
329 observa que a redação não ficou conforme a recomendação encaminhada pelo CMDCA
330 via ofício de n.º 23/2020, de 14 de maio de 2020, e lê: O CMDCA encaminhará ao
331 prefeito municipal, o pedido de indicação de representantes acompanhado da relação
332 das entidades cadastradas, que consequentemente indicará seus representantes
333 governamentais, respeitando o número já indicado da sociedade civil. André observa
334 que já foi debatido e reuniões que já estava na redação o número mínimo de quatro, e
335 sugere que enviem um questionamento do porque não foi respeitado. André sugere
336 primeiro encaminhar para a Comissão de normas analisar se pode ficar essa redação.
337 Luciane questiona se a redação não irá prejudicar a votação das entidades civis. André
338 recorda que o fórum está suspenso e diz que a sugestão é encaminhar para a Comissão
339 de normas debater. Conselheiros concordam. André passa ao item seis: Atualizar as
340 Comissões Permanentes existentes no CMDCA: Comissão de Normas e Documentos,
341 do FIA e de Fiscalização; Luciane se dispõe a ficar como titular na comissão de normas,
342 e se necessário na do FIA, Eliezer se disponibiliza a ficar de titular na Comissão de
343 Normas, na qual hoje é suplente, Rosa solicita que participe da Comissão de normas e
344 da Comissão de fiscalização, Vitor diz que continuará na Comissão de Fiscalização.
345 André diz que antes devem deliberar pela obrigatoriedade de participação dos
346 conselheiros em ao menos uma comissão. Vitor questiona se a mudança nos
347 participantes do CMDCA não prejudicará a formação dessas comissões e explica que a
348 Secretaria de Obras, a qual pertence, provavelmente irá sair. André diz que precisam
349 atualizar para colocar em funcionamento até o final do ano. Fabrício diz que não é
350 autorizado a participar de Comissões. Eliezer diz que, por já ter feito parte
351 representando a PM no conselho, não foram autorizadas horas extras para reuniões de
352 comissões. André diz que no ofício de n.º 20/CMDCA/2020, pontuou que a entidade
353 não participa de nenhuma comissão, e solicitou que a entidade exercesse plena
354 participação. André explica que em resposta encaminharam o of. de n.º 113255, de 20
355 de maio de 2020, onde pontuam novamente frisando que irão frequentar as reuniões
356 ordinárias e diz que não foi respondido de acordo, sugere o reencaminhamento de ofício
357 à PM solicitando a participação em comissões, e sugere que haja mudança no regimento
358 interno estabelecendo a participação em um número mínimo em comissões. Fabrício
359 relata que está aberto para conversas e atender fisicamente e relata que terá que sair da
360 reunião às 11h. Guilherme observa que inclusive os suplentes devem participar das
361 comissões. André questiona qual o número atual das comissões. Sabrina disponibiliza a
362 tabela das faltas da Comissão de normas, comissão de fiscalização e do FIA em tela, e

363 diz que no regimento interno o número de entidades integrantes são seis em cada
364 comissão, lembrando o princípio da paridade, porém recorda que a do FIA e
365 fiscalização sempre funcionou na prática com quatro. André sugere que seja o número
366 mínimo de 04 e obrigatoriedade de participação em ao menos duas. André diz que o que
367 pode acontecer é de não ter ninguém que queira participar. Sabrina diz que, segundo o
368 regimento, o presidente pode nomear os integrantes. André propõe que cada conselheiro
369 possa participar de duas comissões, o presidente dialogar para cada entidade participar
370 de duas comissões. Rosa diz que deveriam colocar a participação em no mínimo uma
371 por entidade, se não ficará muito autoritário. André sugere refinar a questão depois, e
372 explica que a indicação vem da mesa e os conselheiros deliberam e reforça que a mesa
373 conversará antes com a entidade. Guilherme diz que o papel da direção é direcionar, e
374 ele está pontuando que irá conversar com a entidade, que irá indicar. André reforça a
375 sugestão de obrigatoriedade de participação em duas. Eliezer diz que no mínimo uma e
376 em caso de necessidade possibilitar a participação em mais de uma. André diz que por
377 maioria de votos, sendo contrário o Fabrício, que não teria condições de participar, sairá
378 alteração no regimento interno, sendo deliberado o número mínimo de conselheiros por
379 comissão: quatro, sendo obrigatória a participação dos conselheiros da entidade (Titular
380 e suplente) em ao menos uma Comissão, e na ausência a mesa diretora deverá indicar
381 para votação em plenária, respeitando o princípio da paridade. Luciane sugere que dê
382 uma acelerada devido ao horário. André retorna ao item cinco: Deliberar sobre parecer
383 de n.º 01/2020 da Comissão de Normas, sobre a readequação dos projetos da AJL:
384 Guardas Ambientais e Estação Cultural; André explica que a Comissão foi favorável à
385 aprovação das readequações dos projetos, onde observam-se alterações quanto ao modo
386 de trabalho para meio virtual, com implantação de aulas virtuais. Dafna relata que foi
387 aprovada a liberação dos cursos livres, para adolescentes com idade a partir de 14 anos
388 completos, informando que estarão liberados para junho, portanto informa a previsão
389 para a retomada presencial. André destaca que o pedido de readequação foi no sentido
390 de passar para o meio virtual e por isso a comissão foi favorável. Eliezer diz que é
391 suplente na Comissão de Normas, mas se intera das discussões pra poder suprir a
392 entidade quando necessário. Eliezer diz que apesar de o parecer ser favorável, ficaram
393 algumas falas para esclarecer por parte da entidade quanto a operacionalização do
394 presencial para o on-line. André elogia o conselheiro por ter analisado a ata, e informa
395 que o parque se manifestou pela manhã através de ofício encaminhado à Sabrina.
396 Sabrina disponibiliza o ofício em tela. André diz que a partir de março as atividades
397 ficaram paradas, e diz que deveriam fazer readequação e que a maioria das questões
398 seria assunto para a Comissão de Fiscalização. André diz que a participação do
399 Guilherme foi essencial nas discussões, e diz que a entidade já que foi informada sobre
400 os questionamentos via ata, e explica que a entidade buscou fazer o documento para
401 esclarecer as dúvidas, porém não tira o papel da comissão de fiscalização e sugere que
402 logo façam a comissão, e diz que o período terá que ser alterado e afirma que a
403 fiscalização deve verificar. André diz que além desse documento referente à
404 readequação, foi encaminhado um tutorial junto aos projetos por e-mail, e reforça que
405 não são questões para serem debatidas agora, e afirma que tem questões que também
406 serão verificadas na prestação de contas. André diz que a aprovação no momento é se os
407 conselheiros deliberam pela virtualização dos projetos da Associação Jorge Lacerda:
408 Estação Cultural e Guardas Ambientais. Eliezer diz que se foi o apontamento da
409 Comissão de Normas, aprova. Conselheiros aprovam por unanimidade. André abre a
410 palavra. Hamilton solicita que encaminhem novamente o ofício direcionado a APAE a
411 ele. Sabrina relembra que foi decidido que encaminhará a todos que não responderam.
412 Guilherme diz que quanto à questão do CEACA se estenderam um pouco nas
413 discussões, mas que pós reunião devem pensar que tem duas respostas: uma sim e uma
414 não, e se mesmo fazendo a reunião com o legislativo forem a favor do poder público

415 devem pensar o que vão encaminhar. Guilherme diz que devem pensar e debater sobre a
416 violência da criança, em que implica a questão da aprovação ou não aprovação do
417 repasse do recurso. Guilherme parabeniza os conselheiros, por ter sido uma reunião
418 virtual melhor, e diz que deseja que conste em ata o elogio em especial à diretoria e
419 Secretária Executiva: Sabrina. Rosa concorda e diz que foi uma reunião mais pontual.
420 Dafna concorda e diz que é muito bom ver que todos tentam se ajudar e pontua que é
421 bom aprender com todos. André diz que chamará a Rosa para falar com o legislativo e
422 que depois irão repassar o andamento aos conselheiros. André diz que tem uma
423 observação a fazer: que a Polícia Civil respondeu em tempo hábil o ofício que foi
424 encaminhado e diz que fez a entrega pessoalmente, portanto empenho na entrega têm, e
425 faz comparação com a PM que não respondeu o questionamento do ofício de n.º
426 36/2020 do CMDCA. Sabrina informa que quando recebido o of. 113255/2020 o
427 conselheiro: Fabrício solicitou que o presidente fosse pessoalmente conversar com o
428 comandante, pois não podem repassar todas as informações. André diz que o Fabrício
429 não tem autorização nem para votar, nem participar em comissões, mas observa que ele
430 já saiu da reunião então discutirá em outro momento. André finaliza a reunião desejando
431 a todos um bom final de semana. E nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a
432 reunião às 11h40min. E, para constar eu: Sabrina Medeiros da Silva, na condição de
433 assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada,
434 segue subscrita pelos membros presentes.